

6.

Conclusões

Esta dissertação resulta de uma investigação no campo do trabalho infantil, que buscou conhecer a situação de crianças e adolescentes que participam do sustento da família. Os resultados apresentados confirmam algumas constatações gerais apresentadas em pesquisas e na literatura atual em relação à temática do trabalho precoce, entretanto, este estudo se diferenciou dos demais, por priorizar o entendimento da percepção das pessoas envolvidas na questão do trabalho precoce, os protagonistas e suas famílias. Este fenômeno, tratado na maioria das pesquisas a partir de um enfoque econômico, teve aqui sua ênfase na dimensão cultural, o que não tem sido contemplado nos programas que tem como objetivo combater o trabalho infantil no país, como o Programa de Erradicação do Trabalho infantil - PETI.

Para o desenvolvimento do tema estudado, partimos de uma contextualização do mundo do trabalho e dos aspectos estruturais da crise do trabalho assalariado em uma economia capitalista como a brasileira. Localizando a questão do trabalho infantil neste contexto, procuramos desenhar a configuração do trabalho infantil no Brasil e mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro.

Na pesquisa de campo, foram utilizados como procedimentos técnicos a entrevista e a observação participante. Esta abordagem de pesquisa foi complementada por uma investigação documental enfocando levantamentos estatísticos relativos à participação do trabalho infantil no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro realizadas pela PNAD do IBGE.

Neste estudo, consideramos significativo destacar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, pois, é o programa governamental de maior impacto no enfrentamento da questão do trabalho infantil, razão pela qual o seu espaço foi escolhido para mediação na nossa abordagem ao grupo pesquisado. Desta forma, o universo da pesquisa foi construído pelos grupos de crianças, adolescentes e famílias em situação de trabalho infantil, beneficiadas pelo PETI no município de Itaguaí, onde procuramos conhecer as representações dos entrevistados a respeito desta questão.

Um ponto importante verificado na pesquisa, que deve ser considerada nos programas sociais de combate ao trabalho precoce, diz respeito ao fato do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI apresentar muitas limitações quanto à sua eficácia. Isto se deve principalmente a falta de integração deste programa com outros programas nas áreas de assistência e educação, como também a falta de ações voltadas para o fortalecimento das famílias, através de atividades diversas e efetivas de geração de trabalho e renda, visando contribuir para que as famílias tenham condições de assumir suas funções.

Neste sentido, concordamos com o que afirma Macedo e Brito:

“ Não há como ocultar que o PETI, uma política social datada e verticalizada , transferindo renda de valores insuficientes para garantir a reprodução das famílias, não têm condição de efetivar a superação das vulnerabilidades sociais das mesmas. Tudo indica que, com esta prática, o Estado vem conseguindo apenas” regular a pobreza”, aqui utilizando expressão de Lena Lavinas, pouco importando se os resultados significam ou não a transposição da atual situação social.”(Macedo e Brito ,2004:214)

A partir da pesquisa foi possível observar também, que a ação do PETI tem como preocupação central a transferência de renda em razão da carência material das famílias e da visão imediatista da sobrevivência cotidiana, não levando em consideração a importância dos valores culturais que contribuem fortemente reforçando para a reprodução do trabalho infantil entre as famílias pesquisadas.

A partir da discussão de questões como trabalho, reprodução social da família e cultura, procuramos compreender a própria visão sobre trabalho infantil dos grupos envolvidos, que muitas vezes o entendem como um não trabalho. Assim, considerando o objetivo central desta pesquisa, de perceber o significado do trabalho infantil para os grupos pesquisados, tornou-se possível conhecer as razões materiais, simbólicas e culturais que reforçam a

existência e a manutenção do trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

A realização desta pesquisa levou a compreensão das várias interfaces da questão do trabalho infantil, mostrando as dificuldades no combate a esta problemática no Brasil. Por outro lado, revelou os problemas relacionados à garantia de direitos fundamentais e sociais conquistados e regidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A pesquisa constatou que o trabalho infantil representa um aspecto importante à manutenção das famílias. Evidenciando que as atividades de crianças e adolescentes são tidas como parte fundamental no sustento do grupo familiar. Verificando ainda, que a permissividade do trabalho infantil nos grupos pesquisados, muitas vezes é ocultada sob o conceito de trabalho, e, também que o mundo do trabalho infantil é reconhecido como uma espaço que favorece uma boa formação moral e oportuniza a aprendizagem.

Desta forma, o trabalho da criança, muitas vezes, representa não apenas a necessidade de sobrevivência, por mais importante que seja para o sustento da família. Apresenta-se também como ajuda à família e como forma de proteger as crianças dos perigos da rua.

Todavia, o aspecto mais significativo constatado nesta pesquisa, diz respeito à questão cultural, expressa na representação positiva elaborada pelas famílias quanto ao trabalho infantil. Desta forma, elas têm a percepção de que esta prática é benéfica para os filhos, conseqüentemente, não reconhecem os prejuízos causados pelo trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes. Assim, foi possível reconhecer a importância dos programas sociais que visam ao combate do trabalho infantil atuarem na perspectiva da centralidade das ações na família, buscando não apenas melhorar as condições materiais de sobrevivência, mas também, trabalhando a dimensão cultural no âmbito familiar.

Este estudo apontou como tendência nas motivações que alimentam a prática do trabalho infantil a necessidade financeira associada à percepção das famílias de que o trabalho

infantil é benéfico para os filhos, crianças e adolescentes. Consequentemente, estas razões fazem com que o fenômeno do trabalho infantil seja perpetuado. Assim, acreditamos que o reconhecimento desta questão poderá contribuir nas ações de combate e enfrentamento do trabalho infantil como também vir a ser objeto de aprofundamento em outras pesquisas que investigue a temática.

A construção dessa dissertação partiu do geral e se concentrou num quantitativo de pessoas bem limitado: crianças, adolescentes e famílias inseridos no trabalho precoce, que vivem nas populações específicas em situação de vulnerabilidade social no município de Itaguaí, interior do Estado do Rio de Janeiro. Este grupo, pode ser considerado no entendimento de Martins (2002), como parte do contingente de pessoas denominado de “recusados pela cidade”, vivendo nas situações degradadas de vida em nossa sociedade. Desta forma, esta pesquisa apresenta limitações, visto que trata-se de um estudo de caso, sendo assim, entendemos que mesmo representando uma contribuição importante, os resultados encontrados não podem ser generalizados.

Enfim, esta dissertação desenvolveu uma reflexão acerca de questões centrais a serem consideradas na formulação de políticas que visam erradicar o trabalho infantil, visto que, a despeito das iniciativas governamentais nessa direção e da existência do PETI, é fato notório de que o trabalho infantil persiste em todo o país, impondo a necessidade de revisão das ações atualmente implementadas.